

Variedades de, dentro e no capitalismo*

Marcos Barcellos de Souza**

Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre e Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio doutoral no Departamento de Geografia da University of British Columbia.

Resumo

O presente artigo realiza uma revisão crítica da ampla literatura sobre Variedades de Capitalismos e busca situar as abordagens com respeito à importância das instituições, aos determinantes políticos e ao tratamento espacial em cada uma. Argumenta-se que as manifestações espaciais constitutivas do capitalismo e suas formas de produção de diferenças são mais complexas do que a abordagem “mainstream” sobre o tema assume. Para tanto, propõe-se um diálogo promissor das Variedades de Capitalismos com o debate recente sobre processos de neoliberalização na Geografia Econômica.

Palavras-chave

Variedades de Capitalismos; Abordagem da Regulação; neoliberalismo.

Abstract

This article provides a critical review of the extensive literature on Varieties of Capitalism and seeks to situate it regarding the role of institutions, political determinants and space in each of the approaches. We argue that spatial manifestations that are constitutive of capitalism are more complex than the VoC mainstream approach assumes. To this end, we propose a promising

* Artigo recebido em out. 2012 e aceito para publicação em out. 2013.

** E-mail: barcellos.marcos@hotmail.com

dialogue of Varieties of Capitalism with the recent debate on neoliberalization processes in Economic Geography.

Key words

Varieties of Capitalism; Regulation Approach; neoliberalism.

Classificação JEL: B50, B52.

1 Introdução

A literatura sobre Variedades de Capitalismos confere às instituições um protagonismo na determinação das diferenças (e, em geral, do desempenho) entre países. Entretanto a maneira como instituições são definidas tem consequências no tipo de enfoque da análise (macro ou micro), nas relações entre agência humana e estrutura, no papel dos mecanismos de governança e na interpretação da inércia e de possibilidades de mudança institucional. A literatura *mainstream* sobre o tema (VoC)¹ utiliza elementos de inspiração neoclássica e hayekiana, enquanto um tipo de neomarxismo que mantém o foco na acumulação de capital e entende as instituições como codificação da luta de classes inspira a Abordagem da Regulação; e a influência da imersão social de Karl Polanyi está presente nos trabalhos sobre Sistemas Sociais de Produção (SSPs).

Este artigo pretende resgatar outras teorias sobre as influências das instituições para o estudo de capitalismos comparados — que não devem limitar-se a capitalismos nacionais —, apontando virtudes e fraquezas na construção de abordagens alternativas à VoC. Por outro lado, argumenta-se que essas interpretações apresentam limitações para entender a diversidade espaço-temporal das complexas manifestações do neoliberalismo e para lidar com um espectro mais amplo de diferenças.

¹ A agenda de pesquisa sob a rubrica de Variedades de Capitalismos assumiu considerável ecletismo ao longo dos anos e contém diversas vertentes, cujas principais serão discutidas neste artigo. Doravante, a menção a Variedades de Capitalismos corresponde a essa agenda de pesquisa iniciada em princípios dos anos 90, enquanto o termo VoC será utilizado para identificar sua vertente *mainstream*, consolidada com a publicação do livro organizado por Peter Hall e David Soskice, em 2001.

2 “Velho” institucionalismo e capitalismo(s)

Para Geoffrey Hodgson (1996), o enfoque baseado no “velho institucionalismo” de orientação evolucionária de Thorstein Veblen apresenta vantagens em relação às abordagens de inspirações neoclássicas, hayekianas e marxistas. Devido às suas categorias principais de análise, estas últimas abordagens teriam dificuldades em apreender corretamente a trans-historicidade do capitalismo e a necessidade de sua coexistência com subsistemas alternativos para a sua reprodução (suas “impurezas”). Dessa forma, não conseguem constatar que inúmeras combinações possíveis com diversos subsistemas ocorrem em contextos histórica e geograficamente diferenciados, sendo responsáveis pela variedade de capitalismos existentes.

Ao ressaltar a importância das instituições, como acumulação histórica de hábitos de pensamento — sujeitos à evolução e à seleção —, para o entendimento da diversidade de capitalismos, Hodgson chama atenção para as diferentes formas de imersão social, o que envolve combinações e limites mais ou menos estáveis entre formas econômicas e extraeconômicas. No entanto, sua abordagem tem duas limitações consideráveis: (a) seu “princípio da impureza”, como o próprio autor reconhece, carece de profundidade teórica e lógica, sendo, portanto, de difícil operacionalização; e (b) a constatação da coexistência de subsistemas com sistemas hegemônicos em qualquer período da História é acompanhada de uma teorização limitada sobre a especificidade do modo de produção capitalista. Assim, a variedade dos capitalismos “realmente existentes” restringe-se à comprovação, no nível nacional, de diferentes estratégias de firmas e corporações imersas em culturas nacionais distintas.

Recentemente, Hodgson (1998, 2009) tem proposto uma aproximação maior com o “Darwinismo Generalizado”, segundo o qual qualquer pressuposto comportamental deve ser passível de explicação baseada em linhas evolucionárias. Essa guinada evolucionária centrada em algoritmos individuais e sistemas de regras está sujeita a críticas, como a ausência de discussões aprofundadas sobre interesses e poder, relação capital-trabalho, acumulação de capital e desenvolvimento desigual (MacKinnon *et al.*, 2009).

As limitações apresentadas, portanto, devem ser contornadas por meio de: (a) uma análise mais profunda sobre a imersão social com base no trabalho de Karl Polanyi, um autor que apresenta afinidades com o “velho” institucionalismo; e (b) com uma discussão sobre o que se entende por “capitalismo” no debate das variedades. Argumentar-se-á que, em algumas das suas versões, este é tomado como um dado ou ignorado, o que influi na direção da análise. Ao “desnaturalizar” o “capitalismo”, pretende-se demons-

trar como algumas abordagens encobrem noções sobre mudanças política e social.

Segundo Fred Block (2003), o debate das Variedades de Capitalismos não deveria afastar-se do estudo e da elaboração de conceitos críticos sobre a economia sempre imersa. Isso implica ir além da constatação do princípio da impureza e começar com a premissa “[...] *that any favourable economic dynamic has to be understood as flowing from the interaction among self-interested agents, the actions of the state, and forms of social regulation*” (Block, 2003, p. 299-230). Para tanto, torna-se essencial entender o papel do Estado em moldar as economias realmente existentes, a importância cultural das ideias para a construção dos mercados em diferentes sociedades e a dimensão política, sobretudo a relação dos grupos empresariais com o Estado.

Assim como Hodgson (1996), Fred Block (2003) destaca a incapacidade do essencialismo econômico presente tanto no marxismo ortodoxo como na economia neoclássica em explicar a permanência das variedades. Para distanciar a interpretação neopolanyiana dessas vertentes, esse autor propõe que os pesquisadores das variedades deveriam distanciar-se do termo “capitalismo”, assim como Polanyi evitou essa palavra e outras comumente associadas a ela, para se afastar do marxismo.² A agenda das “variedades” deveria, portanto, estudar variedades **fora** do capitalismo. As diferenças metodológicas e conceituais entre Polanyi e Marx não justificam, no entanto, um passo tão radical. Com efeito, pode-se argumentar que o referencial analítico de Polanyi sempre esteve voltado para a compreensão do sistema capitalista. Segundo Burawoy (2003), Polanyi prioriza o “mercado” para explicar a relação da economia com a sociedade, não em negação ao “capitalismo” ou ao marxismo, mas como crítica à sua vertente mais ortodoxa.

Ao propor a importância das instituições como mediadoras de hábitos de pensamento historicamente cristalizados, Veblen e, conseqüentemente, Hodgson aproximam-se da noção gramsciniana de “senso comum”. Entretanto há uma diferença fundamental: o senso comum reflete o poder ideológico em incutir, na concepção de mundo dos trabalhadores, a noção de que sua sobrevivência material depende da reprodução do capital. Dessa forma, as instituições reproduzem-se, refletindo uma concepção de mundo de subordinação do trabalho ao capital, ou seja, as variedades **dentro** do capitalismo (Bruff, 2011).

Conforme se argumentou, o marxismo ortodoxo baseado no materialismo histórico não é o melhor referencial para entender a (co)existência de diferentes capitalismos. No entanto, a aproximação de Polanyi e Gramsci na

² Segundo Block (2003), isso fica nítido pela preferência de Polanyi pela expressão **sociedade de mercado**.

consolidação de um marxismo sociológico (Burawoy, 2003) apresenta elementos importantes para se pensarem as variedades. Esses autores dirigem o foco de análise para a sociedade, entendida como um espaço institucional entre o Estado e a economia, e para as relações estabelecidas com ambas as esferas. Ao partir de mundos diferentes (produção em Gramsci e circulação em Polanyi), o diálogo entre os dois autores contém elementos para se pensar a dinâmica das lutas sociais e a possibilidade do “[...] capitalismo se desenvolver em múltiplas direções, assumindo diversas configurações de estado, sociedade e economia” (Burawoy, 2003, p. 206). Para tanto, não basta reconhecer hierarquias na ordem internacional e sua capacidade de influenciar lutas hegemônicas nacionais (Gramsci), mas também é preciso lidar com a transnacionalidade do “duplo movimento”, pelo qual a sociedade e a economia cruzam fronteiras nacionais, e movimentos de “baixo para cima” articulam-se com movimentos de “cima para baixo” nas múltiplas escalas espaciais.

Thorstein Veblen também se afastou do marxismo ortodoxo e do materialismo histórico (e dialético), e, ainda que utilize categorias de análise diferentes de Marx, um diálogo entre ambos não é impossível (Conceição, 2001). Com efeito, preocupações distributivas decorrentes da acumulação diferencial de poder e do conflito inerente entre “negócios” e “indústria” situam sua análise original **dentro** do capitalismo. Não obstante isso, as limitações apontadas no tratamento das variedades, seja pelo princípio da impureza, seja pela ontologia evolucionária, ainda estão para serem superadas.

Com base no que foi exposto, pode-se afirmar que: (a) a análise das instituições no capitalismo não deve ser separada da reprodução da sociedade capitalista e do Estado e, portanto, deve incorporar os interesses, assimetrias e conflitos sociais de forma ampla; e (b) o estudo das variedades de capitalismo deve tentar entender de que maneira as instituições são apropriadas pelas teorias, que lhes atribuem um significado temático, metodológico ou ontológico (Jessop, 2001).

Apesar das lacunas discutidas, as importantes contribuições de Hodgson (1996) e Block (2003) ao estudo das Variedades de Capitalismos têm um enfoque diferente de outras interpretações que surgiram em meados dos anos 90. Esse debate, inegavelmente escurado por um componente político, em um primeiro momento, se concentrava na defesa da viabilidade de um modelo de capitalismo alternativo ao modelo “curto-prazista” norte-americano, exaltando o desempenho superior dos modelos germânico e japonês nos anos 80. O desempenho favorável da economia norte-americana na década seguinte (impulsionado pelo *boom* da “nova economia” e da biotecnologia), num quadro de acirramento da competição global e da financeiri-

zação, contudo deslocou o eixo do debate para o estudo da resiliência à penetração de formas neoliberais nas Economias de Mercado Coordenadas (Amable, 2003; Brenner; Peck; Theodore, 2010; Peck; Theodore, 2007).

Nesse processo, os instrumentos teóricos e conceituais para a percepção e o entendimento qualitativo das Variedades de Capitalismos sugeridos por Hodgson (1996) e Block (2003) foram preteridos em virtude de uma preocupação crescente com a relação entre instituições e desempenho econômico. Essa mudança é concomitante com o abandono do “velho institucionalismo” e a guinada teórica na economia institucional, no Pós-Guerra, cujo enfoque passou a ser maior nas instituições diretamente relacionadas ao funcionamento dos mercados, pelo aumento do interesse no desenvolvimento econômico comparado, na teoria das firmas e das organizações e na emergência da Nova Economia Institucional (Amable, 2003, p. 27).

Para ilustrar esses pontos, será realizada, a seguir, uma comparação entre a abordagem da VoC, com base na ciência política, a abordagem inspirada nos Sistemas Sociais de Produção, resultante do diálogo entre a Sociologia Econômica e a Escola da Regulação francesa, e as contribuições originais desta última. Por fim, são apresentadas as principais críticas e sugestões presentes na abordagem de “Variegações” do Capitalismo e a necessidade de incorporar a diversidade de manifestações do neoliberalismo, com base em debates recentes da Geografia Econômica. A ordem de apresentação dessas teorias não corresponde a critérios cronológicos, mas à agregação de elementos para a construção de uma abordagem crítica e espacializada sobre a diversidade de capitalismos.

3 A abordagem das Variedades de Capitalismos

Preocupações com governança industrial e competitividade nacional decorrentes do comportamento estratégico das firmas imersas em uma matriz de relações macroinstitucionais que apresentam coerência, unidade e lógica formam a base do que veio a ser chamado de abordagem *mainstream* das Variedades de Capitalismos, ou VoC (Coates, 2005). Ainda que a comparação entre diferentes tipos de capitalismos não possa ser considerada um tema recente (Boyer, 2005; Jackson; Deeg, 2006), ganhou considerável notoriedade com o trabalho de Peter Hall e David Soskice (2001). Ao analisarem a firma como instituição central da economia capitalista, esses autores estudam seu microcomportamento estratégico, considerando sua imersão num ambiente institucional com incentivos e restrições em determinados domínios (sistemas financeiros e governança corporativa;

relações industriais; sistemas de educação e treinamento; sistema de governança entre companhias; e relações com seus empregados). Por meio de suas relações com esses cinco domínios, as firmas precisam resolver problemas de coordenação cruciais para suas competências específicas. Essa abordagem centrada na firma estabelece uma relação causal onde as estratégias são elaboradas em função da estrutura, o que dá margem a uma variedade de comportamentos coerentes com os modos de coordenação via mercado ou via interação estratégica com sindicatos, intermediação financeira, dentre outros (Hall; Gingerich, 2004; Hall; Soskice, 2001).

Peck e Theodore (2007) apontam um problema metodológico na concepção de instituições dominante na VoC. Entender as instituições a partir das firmas e de seus problemas de coordenação ignora os componentes sociológicos e o seu papel na codificação de compromissos institucionalizados como espaços de exercício de poder. A posição adotada pelos autores da VoC é defendida com o argumento de que deve-se evitar superestimar o que os governos podem efetivamente alcançar através de suas políticas. Como consequência dessa abordagem mais voltada para o setor privado, verifica-se uma teorização insatisfatória sobre o papel do Estado na economia e na sociedade. Nesse procedimento, é possível identificar uma separação entre instituições e sociedade (Bruff, 2011).

Um aspecto decisivo para a VoC é explicar como as instituições interagem, o que é feito recorrendo ao princípio de complementaridade institucional. De acordo com esse princípio, a eficiência de um domínio institucional depende do desempenho de outro, de modo que a presença de determinada instituição em dado domínio aumenta a eficiência de outra em domínio distinto (Amable, 2003). Para Jackson e Deeg (2006), essa abordagem tem sérias limitações do ponto de vista da dinâmica da economia política, pois, além de não apreender a diversidade de interesses políticos de cada arranjo institucional e sua relação com o Estado, a utilização de elementos da análise econômica mais tradicional leva a uma interpretação da mudança institucional decorrente principalmente de choques externos. Assim, a coesão institucional gerada pelas complementaridades e os mecanismos de ajustamentos a qualquer choque endógeno garantiriam equilíbrios relativamente estáveis, o que reforçaria o caráter *path dependent* da economia.

Para a VoC, mercados e hierarquias aparecem como mecanismos de governança dominantes nas Liberal Market Economies (LMEs), enquanto as redes e associações prevalecem nas Coordinated Market Economies (CMEs). A supremacia desses mecanismos em determinado domínio institucional reforçaria sua presença nos outros domínios, garantindo a coerência do modelo. No entanto, conforme Colin Crouch (2005) argumenta, essa lógica se assemelha mais à procura por similaridades do que à procura

pelos contrastes (e até mesmo acidentes) que “balanceiam” (e **complementam**) a provável coexistência de diferentes mecanismos de governança entre os domínios institucionais. A noção de complementaridade, portanto, deveria ser reformulada para entender distintas formas de encontro entre mecanismos de governança, como consequência da interação de grupos com poder diferenciado que atuam entre os domínios institucionais, com o objetivo de lucrar com a **necessária hibridização** e suas consequentes oportunidades de inovação institucional.

Para a literatura baseada na VoC, as oportunidades de mudança institucional são mais restritas. Pressões para mudanças institucionais podem prejudicar a eficiência de complementaridades estabelecidas, mas os mecanismos de ajustes são baseados no padrão de investimentos dominantes em cada economia, reforçando o modelo vigente. Assim, os detentores de ativos transferíveis nas economias de mercado liberais buscarão defender maior flexibilização e menos regulação, com subsequentes conflitos distributivos; enquanto os detentores de ativos específicos nas economias de mercado coordenadas pressionarão por maior apoio institucional para suas atividades através de uma política de defesa regulatória. Mesmo que ocorram reformas em direção à flexibilização em algumas CMEs, geralmente são menos intensas do que no grupo das LMEs (Hall; Gingerich, 2004).

O enfoque da VoC à ordem transnacional é extremamente limitado, pois se resume à ocorrência de choques fortes, raros e externos aos sistemas nacionais. Peck e Theodore (2007) argumentam que as políticas nacionais não estão imersas em regimes, processos e relações transnacionais que ajudariam a entender as hierarquias presentes e a evolução do capitalismo como um sistema interligado e assimétrico. Por outro lado, a VoC também tem-se mostrado incapaz de explicar a variedade empírica de setores produtivos que seguem lógicas organizacionais e operacionais diferentes do tipo de especialização assegurado pelo modelo de complementaridades nacionais. Essa dificuldade se torna assentuada, pois a hibridização dos mecanismos de governança é ainda mais nítida, se a análise for desagregada por setores ou regiões (Crouch, 2005). Assim, além da possibilidade de desafiar a arquitetura institucional predominante no país — ou articular-se com ela de maneiras criativas —, sistemas produtivos localizados, muitas vezes fortemente integrados com a economia internacional, têm questionado os limites territoriais nacionais estreitos da VoC (Crouch; Schroder; Voelzkow, 2009).

4 A abordagem dos Sistemas Sociais de Produção

Uma forma alternativa de abordar a diversidade de capitalismos está presente no diálogo entre estudos de governança e a Teoria da Regulação, tendo como base as noções de modos de coordenação e de Sistemas Sociais de Produção e uma orientação neopolanyiana com o foco na imersão social (Block, 2001; Crouch *et al.*, 2001; Hollingsworth; Boyer, 1997; Jessop; Sum, 2006; Peck, 2005).

De acordo com essa perspectiva, as instituições de um país ou região estão integradas numa configuração social que é, ao mesmo tempo, resultado e determinante dos mecanismos de coordenação presentes (Hollingsworth; Boyer, 1997). Para Rogers Hollingsworth e Robert Boyer (1997, p. 2), as instituições relevantes nessa configuração são: o sistema de relações industriais; o sistema de treinamento de trabalhadores e gerentes; a estrutura interna das corporações; as relações entre firmas de uma mesma indústria, ou com seus fornecedores e consumidores; os mercados financeiros; os conceitos de justiça na relação capital-trabalho; a estrutura do Estado e suas políticas; e os costumes e tradições com respeito às normas, aos princípios morais, às regras e às leis de uma sociedade.

Diferentemente do que ocorre na abordagem da VoC, a preocupação com os processos de formação dos arranjos institucionais ocupa uma papel central, segundo uma lógica institucional onde as instituições são imersas “[...] *in a culture in which their logics are symbolically grounded, organizationally structured, technically and materially constrained and politically defended*” (Hollingsworth; Boyer, 1997, p. 2). Assim, são rejeitadas visões funcionalistas ou evolutivas e/ou voluntaristas dos processos institucionais, em prol de uma abordagem que enfatiza sua imersão e seus constrangimentos sociais. As formas distintas como as economias são imersas em cada sociedade — onde o Estado desempenhará uma função reguladora, política e coerciva histórica e geograficamente específica — serão responsáveis pela diversidade de arranjos institucionais existentes.

A importância dada à construção institucional assume um papel central nessa abordagem, devido à sua ênfase no poder. A ordem constitucional é importante, na medida em que se situa no topo de uma hierarquia de instituições e representa o obrigatório processo político de institucionalização em qualquer mecanismo de coordenação e configuração institucional (Boyer; Hollingsworth, 1997).

A noção de Sistemas Sociais de Produção está relacionada à existência de diferentes mecanismos de coordenação econômica: o mercado; hie-

rarquias (com destaque para a firma); redes (alianças estratégicas, *joint ventures*); Estado; associações (sindicatos, associações comerciais) e comunidades. Cada organização, que pode ser formal ou informal, reflete escolhas restringidas pelo contexto social em que estão imersas e pela qualidade dos vínculos e da confiança presentes nas sociedades. **Não há um meio de coordenação perfeito para todas as atividades e/ou situações, de modo que esses têm que coexistir com importâncias distintas em cada sociedade**, e é essa coexistência que determina a origem e a evolução dos Sistemas Sociais de Produção (Boyer; Hollingsworth, 1997). Com efeito, as diferentes combinações de mecanismos de coordenação permitem uma análise das estruturas produtiva e social tanto do ponto de vista horizontal (estudos de caso) quanto vertical (evolução dos sistemas no tempo).

Em geral, ocorre uma coexistência de Sistemas Sociais de Produção em um mesmo país, que podem até ser complementares. Conforme demonstram Crouch *et al.* (2001), a importância relativa dos sistemas de produção localizados varia dentro de cada país, e esses mobilizarão de forma diferenciada os mecanismos de governança de acordo com sua especialização produtiva.

A diversidade territorial de coordenação e imersão econômica implica que determinados sistemas de produção são mais efetivos em economias regionais (sistemas de especialização flexível, distritos industriais) ou nacionais (Sistemas Sociais de Produção de massa com qualidade diversificada). A especialização setorial, ao mesmo tempo, reflete e molda determinado Sistema Social de Produção, sendo a superioridade de cada um a consequência de seu arranjo institucional, do arranjo dos seus concorrentes e do contexto macroeconômico (Boyer; Hollingsworth, 1997).

Coerentemente com sua inspiração neopolanyiana e regulacionista, a imersão nacional em um sistema de regras internacional assume um papel importante na explicação. A consequência da crise regulatória na escala nacional foi uma “mudança dupla dos modos de regulação” em direção à supranacionalização e à regionalização, o que provocou uma reconfiguração dos mecanismos de coordenação institucional e, consequentemente, dos Sistemas Sociais de Produção. Enquanto os mercados e as alianças estratégicas foram favorecidos pela internacionalização, muitas redes e comunidades proliferaram no nível regional. Boyer e Hollingsworth (1997) contrapõem a imersão social das instituições nacionais do Pós-Guerra a um entrelaçamento (“*nestedness*”) de instituições em todos os níveis espaciais, cujas consequências são: (a) uma “causalidade multifacetada”, relacionando segmentos sociais e atores complexos, impossível de ser apreendida por abordagens “de cima para baixo” ou “de baixo para cima”; (b) a inexistência

de uma autoridade única com poder de monitorar e regular um sistema tão complexo.

5 A Abordagem da Regulação

A abordagem regulacionista (doravante, cognominada AR) sobre Variedades de Capitalismos compartilha várias das proposições presentes nos trabalhos sobre Sistemas Sociais de Produção, porém sua metodologia peculiar e seu esforço de elaboração de tipologias e agrupamento apresentam importantes particularidades. Em primeiro lugar, é preciso destacar que a abordagem regulacionista não se resume a uma simples análise da diversidade de capitalismos, mas consiste num programa acadêmico mais ambicioso, que engloba a relação das diversidades observadas com o entendimento da evolução das formas de capitalismos, marcadas por diversos tipos de crises (Boyer, 2005, p. 14; Jessop; Sum, 2006).

Na tentativa de formular uma “macroeconomia das instituições”, os regulacionistas travam um diálogo com o velho institucionalismo norte-americano, ainda que isso seja pouco reconhecido. Essas semelhanças ficam nítidas no esforço de combinar a teoria econômica com a análise histórica e na rejeição ao individualismo metodológico, em virtude de uma análise institucional mais holística, na qual as instituições sociais são importantes (Baslé, 2002). Nesse sentido, diferentemente da concepção mais utilitarista e harmoniosa de instituições presente nas abordagens hayekiana e na Nova Economia Institucional, os regulacionistas preferem enfatizar uma seleção artificial de instituições (ao invés de natural), que inclui poder e legitimação social e a sobreposição de lógicas às vezes contraditórias de aprendizado e contestação, operando sobre os agentes num contexto de incerteza radical (Villeval, 2002).

A arquitetura institucional é sustentada por um modo de regulação baseado na relação entre cinco formas institucionais: a relação salarial; formas de competição; o regime monetário; relações entre o Estado e a economia; e inserção no sistema de relações internacionais. A concepção de economia dos regulacionistas aproxima-se da noção polanyiana de “economia como um processo instituído” (Jessop, 2001). Dessa forma, para os regulacionistas, as instituições assumem um significado ontológico.

O regime de acumulação compreende as relações dinâmicas entre produção e consumo e entre os departamentos da economia. Em outras palavras, consiste num regime macroeconômico que interage com um processo de trabalho específico. A preocupação com as variedades de capitalismos enquadra-se tanto no processo de extensão empírica incremental

(incorporando novos países nas análises) como no aprofundamento conceitual progressivo da agenda de pesquisa da Abordagem da Regulação (Jessop; Sum, 2006).

Embora houvesse diferenças nos regimes de acumulação durante a égide do fordismo no Atlântico Norte, sobretudo quanto ao grau de autocentrismo dos modelos nacionais e nos processos de trabalho, as principais diferenças manifestavam-se em elementos do modo de regulação, como instituições do mercado de trabalho e regras de determinação salarial, e com os ritmos e padrões de desenvolvimento dos Estados de Bem-Estar (Jessop; Sum, 2006).

Nesse sentido, algumas considerações sobre o modo de regulação como critério de comparação internacional devem ser feitas: (a) a relevância de um modo de regulação depende de seu ajuste estrutural-temporal com um regime de acumulação; (b) modos de regulação diferentes podem ser agrupados em alguns poucos tipos, pois os imperativos da reprodução econômica e as complementaridades e hierarquias institucionais definem as configurações viáveis (Boyer, 2005). Se, durante a regulação fordista, a hierarquia institucional era baseada na relação salarial, após sua crise, há divergências sobre a primazia das formas de competição ou da forma dinheiro, ambas visando revogar compromissos passados para estabelecer novos pactos (Boyer; Saillard, 2002; Jessop; Sum, 2006). Essas considerações, por sua vez, têm dois desdobramentos importantes: (a) não é possível generalizar a definição de fordismo; e (b) é preciso determinar o peso do Estado e das lutas políticas e sociais na conformação de determinado capitalismo.

Sobre o primeiro ponto, Boyer (2002, 2005) destaca que o fordismo só ocorreu em alguns países, pois deve ser caracterizado pela ocorrência das seguintes propriedades: (a) um tipo de acumulação essencialmente intensivo guiado pela mecanização; (b) um compromisso entre capital e trabalho no qual a repartição dos ganhos de produtividade é assegurada; e (c) um circuito de acumulação operando no interior de um espaço nacional, sem restrições indevidas decorrentes da inserção internacional do país. Ao negar a transferência ou a imposição do fordismo, entretanto, a abordagem regulacionista não exclui comparações com capitalismo da América Latina ou do Leste Asiático, mas insiste que essas devem ter como base a relação entre seus modelos macroeconômicos (substituição de importações, crescimento liderado por exportações, competitividade do setor exportador), formas institucionais próprias e mecanismos de ajustes diferentes (Boyer, 2005). Embora, até hoje, não tenha sido consolidado um substituto estável e virtuoso para o fordismo, os encaixes estruturais entre novos modos de

regulação e regimes de crescimento continuam fornecendo informações importantes sobre as diferentes trajetórias nacionais (Boyer, 2002).

A diversidade de conflitos institucionalizados dá margem a diferentes formas de atuação do Estado e de intervenções públicas, o que garante uma variedade de formas capitalistas (Boyer, 2005, p. 12-13). No entanto, Jessop e Sum (2006) argumentam que a teorização dos regulacionistas sobre o Estado e as políticas públicas apresentam diversas lacunas, expressas na tentativa de atribuir ao Estado uma lógica única, seja como capital coletivo ideal, seja como desvalorizador universal ou Estado salarial. Dessas lacunas decorre a necessidade de teorizar o Estado como agente e objeto da regulação, o que implica serem consideradas a importância de projetos estatais, a mobilização de discursos e estratégias na busca por consensos e as próprias contradições políticas e espaciais dentro do sistema estatal.

No que tange à dinâmica da mudança institucional, a AR diverge dos processos demasiadamente *path dependent* presentes na VoC e volta-se para os complexos processos sociais presentes na legitimação e/ou contestação de uma forma institucional ou do próprio modo de regulação. Em outras palavras, a análise da mudança constitui um dos principais objetivos da AR e é tão importante quanto a invariabilidade, devendo, portanto, serem analisadas conjuntamente (Boyer; Saillard, 2002).

De forma oposta à VoC, a AR reduz a importância de choques exógenos e volta-se para os diferentes tipos de crises decorrentes de problemas internos ao regime de acumulação, que assumirão formas e trajetórias específicas em cada país: (a) as crises endógenas ou cíclicas surgem de “ruídos” no modo de regulação, mas são corrigidas automaticamente, sem mudança nas formas institucionais; (b) as crises estruturais decorrem da incompatibilidade do encaixe estrutural em manter um crescimento estável, podem ser originárias do modo de regulação ou do sistema de acumulação e, inevitavelmente, levarão a mudanças em uma ou mais formas institucionais (Boyer; Saillard, 2002).

6 As “Variegações” do Capitalismo

Jamie Peck e Nick Theodore (2007), preocupados com o “nacionalismo metodológico” e com a guinada em direção à ortodoxia da escolha racional da VoC, apresentam uma proposta de engajamento crítico da Geografia Econômica no debate das Variedades de Capitalismos. Se, de um lado, é elogiado o esforço para entender como o comportamento humano está imerso e é constituído através de relações institucionais; do outro, os auto-

res criticam a perspectiva limitada e centrada na firma defendida pela VoC (assim como pelos Sistemas Sociais de Produção, mas não pela Abordagem da Regulação). Também lamentam que, nessas abordagens, com exceção dos SSPs, o espectro geográfico se resume à identificação de capitalismo distintos, cujas instituições são organizadas em torno de regulações nacionais. Há também o risco de idealização das LMEs, pela premissa equivocada de considerá-las menos imersas em instituições e caracterizadas como representações estilizadas da Economia Neoclássica, quando, na verdade, a economia norte-americana apresenta significativos graus de coordenação institucional, mobilização do empresariado, cooperação interfirmas e apoio e proteção do Estado a setores específicos (Block, 2007).

Peck e Theodore (2007) também observam que as complementaridades institucionais, que poderiam ser o grande trunfo da VoC, acabam tornando-se seu ponto fraco, pois precisam ser demonstradas ao invés de assumidas. A análise da dinâmica institucional “incremental” na VoC obscurece diversos processos institucionais complexos e, às vezes, contraditórios em operação num sistema econômico. Assim, são ignorados os processos de origem e transformação cumulativa no arcabouço institucional; *path generations* e *path contingencies*; tradução, adaptação, co-evolução e hibridização; sobreposição; busca por legitimação e societalização; experimentação por tentativa e erro; aprendizado e defesa de arranjos institucionais como disputas de poder; coexistência de formas institucionais “idiossincráticas” e trajetórias “confusas”; e a atuação de empreendedores institucionais³ (Boyer, 2002; Crouch, 2005; Djelick; Quack, 2007; Peck; Theodore, 2007). Essas lógicas trazem à tona dúvidas sobre a validade das complementaridades institucionais, sobretudo em sistemas abertos e complexos, onde existem múltiplos pontos de pressão sobre os subsistemas (ou domínios institucionais), e onde o entrelaçamento de trajetórias institucionais nacionais e internacionais é inevitável (Djelick; Quack, 2007).

Conforme alertam Peck e Theodore (2007), ignorar esses processos pode levar a um fetichismo e a um funcionalismo institucional, que tendem a ser agravados pela negligência de questões fundamentais, como a evolução e a periodização do sistema capitalista, acumulação de capital e conflito de classes.

A Abordagem das “Variegações” possui afinidade com a AR e a interpretação neopolanyana e, portanto, pode lucrar com o foco desta na centralidade da política, movimentos sociais e influência crítica do empresariado — através de suas relações com o Estado — na articulação de contra-

³ Peck (2005) argumenta que essas questões são ignoradas pelos economistas ortodoxos, devido às suas dificuldades em lidar com incongruências, irregularidades e contingências.

movimentos para reimmergir o capitalismo por meio de novas instituições (Block, 2007).

A questão central no estudo das Variedades de Capitalismos não deveria ser o mapeamento de diferentes vantagens comparativas e a eficiência de determinados arranjos institucionais, mas as diferenças qualitativas que são consequências do desenvolvimento desigual (Peck, 2005). Portanto, mais importante que determinar classificações rígidas, às vezes, baseadas em coerência e semelhanças exageradas, a agenda das “variegações”⁴ deve investigar as causas da produção de diferenciações no capitalismo, que ocorrem, simultaneamente, em múltiplas escalas espaciais. Uma estratégia inicial de abordar as “variegações” é analisar a necessária coexistência de diferentes tipos de estruturas de mercado com formas extramercados (e, necessariamente, com o Estado) na composição de sistemas econômicos específicos. Essa perspectiva, de inspiração neopolanyiana, fornece as bases para um diálogo com a literatura sobre sistemas sociais de produção e o “Princípio da Impureza” de Hodgson. Assim, a preocupação deve ser abrir o escopo das variedades, e não o limitar (Peck, 2005). Outro ponto de entrada para se entenderem as “variegações” do capitalismo é a análise multiescalar dos processos de neoliberalização, conforme será argumentado na próxima seção.

Ainda segundo Peck e Theodore (2007), a falta de considerações mais profundas sobre as escalas socioespaciais é problemática, pois, ao priorizar uma escala nacional “monolítica” e relacioná-la com ajustes institucionais incrementais, não se apreendem as transformações em outras escalas que põem sob contestação a coesão nacional através de processos de reescalamientos da atividade econômica e das formas estatais. Assim, em oposição à interpretação mais geograficamente estática da Escola de Variedades, a Geografia Econômica oferece uma perspectiva baseada na “construção escalar dos circuitos de valor”, que implica aplicar maiores graus de desagregação, para identificar similaridades, diferenças e complementaridades regionais e lidar com novas formas de dinamismos e processos decorrentes da natureza mutável das relações entre escalas.

Essa questão fica mais nítida nas dificuldades que a Escola das Variedades enfrenta ao abordar o neoliberalismo, pois carece de elementos teóricos para uma análise aprofundada de suas formas de difusão e da penetração, da imposição, da experimentação e da transferência de políticas realizadas em escalas espaciais subnacionais ou supranacionais para outras escalas ou para mesmas escalas através de redes transnacionais

⁴ Nesse sentido, faz-se uso de uma metáfora, com origem na Botânica, que define a presença de zonas de coloração (e, às vezes, de constituição) diferentes, principalmente nas folhas das plantas.

(Brenner; Peck; Theodore, 2010; Peck 2002; Peck; Theodore, 2007; Peck; Tickell, 2002). Assim, apesar de sustentar, corretamente, que as variedades permanecerão durante o neoliberalismo, a VoC é incapaz de detectar o surgimento de novas variedades (supranacionais, regionais e urbanas) e tensões sobre as existentes. As “geografias emergentes do neoliberalismo” seriam, portanto, um ponto de diálogo promissor entre as literaturas de “Variegações” e Variedades de Capitalismos.

7 Das Variedades de Capitalismos à variedade de neoliberalismos

As tensões e transições geográficas observadas após a crise do fordismo, dentre as quais, destaca-se a busca por uma nova solução local, regional ou supranacional, foram, a princípio, interpretadas como a busca por um novo “ajuste institucional” que superasse o caráter predatório do neoliberalismo (Peck; Tickell, 1994). Entretanto o reconhecimento de que o neoliberalismo, de fato, promoveu certo crescimento sustentado no médio prazo, nos EUA, durante os anos 90 e de que a lógica da competição neoliberal não erodiu relações sociais em “regiões ganhadoras”, como o Vale do Silício, trouxe à tona questões sobre a sua capacidade de evolução, transformação e adaptação. Peck e Tickell (2002) passam a enfocar o papel construtivo do neoliberalismo, principalmente no que tange ao papel ativo do Estado. Para tanto, propõem o deslocamento do plano de análise do neoliberalismo como um “estágio final”, para focar nos “processos de neoliberalização” a partir das lógicas de imposição e transmissão através de circuitos e redes e de práticas discursivas (como forma política e ideológica dominante da globalização) disseminadas por determinados centros, *think tanks*, agências multilaterais e elites transnacionais. Nesse sentido, o neoliberalismo tornou-se o termo privilegiado para a análise da reestruturação econômica, substituindo a “globalização”, que tinha um significado implícito de processo inevitável (Larner, 2003). O neoliberalismo, no entanto, não pode ser entendido apenas por suas características genéricas, como a mercantilização e a mercadorização, mas pelas relações entre essas e suas peculiaridades locais (Peck; Tickell, 2002).

Se, durante os anos de estabilidade fordista, era possível falar num **protoneoliberalismo**, de caráter utópico e baseado na ideologia de livre mercado, com inspiração em Hayek e Friedman, a crise dos anos 70 foi acompanhada por um fortemente politizado neoliberalismo de “retirada” (*roll back*) do Estado e do marco regulatório então vigente, com o propósito de atacar o Estado de Bem-Estar Social. Esse processo teria evoluído para um

neoliberalismo “em marcha” (*roll out*) nos anos 90, mais tecnocrático e preocupado com a reconstrução das formas de Estado e do aparato regulatório, o desenvolvimento da governança neoliberal (avançando na regulação de formas extramercado) e a maior intervenção “social”, notadamente por meio de maior autoritarismo, vigilância e criminalização da miséria.

A difusão dessas políticas, se não garante um crescimento estável e virtuoso através de um “novo ajuste institucional” concebido como um novo modo de regulação substituto do fordismo, depende de tentativas de ajustes institucionais neoliberais provisórios, que logram administrar a tendência à crise sistêmica do capitalismo por meio da ocorrência de crises intermediárias, muitas vezes, “exportadas” para a periferia; da capacidade de obter ganhos com o desenvolvimento desigual em múltiplas escalas; de acelerar o tempo de giro e a transferência de políticas (mesmo as disfuncionais), garantindo-lhes novos mercados e sua legitimização; e de gerenciar as falhas de governança (Jessop; Sum, 2006; Peck, 2002; Peck; Tickell, 2002).

Ao reforçar certo grau de contingência, experimentação e aprendizado local, a análise dos movimentos de hibridização do neoliberalismo realizada por Peck e Tickell (2002) contribuiu para a crítica de um neoliberalismo universal e reforçou a importância da articulação contingente com formas socioinstitucionais locais. No entanto, novos aportes teóricos são necessários para que o recurso à contextualidade não encubra dificuldades em identificar as características principais do neoliberalismo. Dentre esses aportes, podem-se identificar: (a) a teorização dos processos de *path dependency* e a possibilidade de *path shaping* em relação às paisagens regulatórias herdadas; (b) a identificação de “limites geográficos” ao neoliberalismo; e (c) uma concepção menos funcionalista do contexto.

O primeiro aspecto é desenvolvido por Neil Brenner e Nick Theodore (2002). Os autores propõem que os processos de *roll back* e *roll out* do neoliberalismo e sua interação com trajetórias de *path dependency* sejam entendidos como dois momentos distintos e dialeticamente interconectados de destruição (parcial) dos arranjos institucionais e políticos através de reformas orientadas para o mercado e de criação (tendencial) de estrutura regulatória para o crescimento. Os resultados da interação dos dois momentos dependerão de contextos específicos nacionais e locais e de seus arranjos regulatórios anteriores. Nesse sentido, os autores propõem o seguinte roteiro para análise do caráter *path dependent* dos processos de neoliberalização: (a) as paisagens regulatórias historicamente específicas em um território nacional; (b) os padrões historicamente específicos de formação de crises, desenvolvimento desigual e contestação sociopolítica que emergiram nesses territórios a partir da crise do modo de desenvolvimento fordista-keynesiano; (c) a interação das iniciativas neoliberais orientadas para o

mercado com o arcabouço regulatório, os padrões espaciais e os compromissos políticos herdados; (d) a evolução da agenda de políticas neoliberais a partir dessa interação (Brenner; Theodore, 2002, p. 357).

Outra contribuição para entender os processos de hibridização locais encontra-se na definição dos “limites geográficos” (Hayter; Barnes, 2012). Esses limites compreendem arranjos institucionais e materiais regionalmente específicos, que resistem, se hibridizam ou até mesmo excluem o neoliberalismo de suas agendas. Os limites geográficos seriam definidos a partir da fricção do neoliberalismo com instituições locais que, nesse processo, o reformatam.

Para Wendy Larner (2000), é necessário avançar na outra dimensão do neoliberalismo, além da política e ideológica: sua relação com a governamentalidade⁵. Essa interpretação, de inspiração pós-estruturalista, parte de uma concepção diferente e não funcionalista do discurso, entendido não apenas como uma retórica dos grupos hegemônicos, mas como um sistema de significados que constituem práticas e identidades de formas contraditórias (Larner, 2000, p. 12).

Aqui, a ênfase na contingência e em resultados não esperados assume um aspecto ainda mais importante, à medida que o desenvolvimento de novas tecnologias de poder e da governança neoliberal implica interações imprevistas — e, às vezes, contraditórias — com uma multiplicidade de sujeitos, não apenas atuando sobre esses, mas reconstruindo-os. Como características fundamentais, destacam-se o foco nas formas de exercer o poder, não necessariamente através do Estado, e a negação de um “projeto neoliberal” como algo totalizante e unidirecional (Larner, 2000). Com efeito, a inspiração na governamentalidade como “forma complexa e específica de poder” deve investigar as técnicas empregadas para administrar e disciplinar dada população através do arranjo de instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas (Foucault, 1991, p. 102).

Um exemplo da análise com base na governamentalidade é oferecido por Ong (2007) em seu estudo sobre o neoliberalismo na China e no Sudeste Asiático. Segundo essa autora, o foco da análise do neoliberalismo deve ser na sua concepção como uma tecnologia móvel para governar “sujeitos livres”, o que implica incutir uma racionalidade baseada no cálculo individual e no gerenciamento dos riscos para o autogoverno individual ou comunitário, promovendo a responsabilização e o empreendedorismo e **recalibrando** determinados grupos em relação aos mercados globais (Ong, 2007, p. 4). A análise do neoliberalismo com base na governamentalidade joga luz sobre o papel de redes e experimentos neoliberais em diversas escalas e seus efeitos fragmentadores no espaço nacional. Ademais, ajuda a ilustrar as expe-

⁵ Arte de governar.

rimentações, complexidades e contradições que se manifestam na natureza híbrida de programas e políticas contemporâneos (Larner, 2003; Ong, 2007).

De acordo com Jessop (2007), a questão no estudo da governamentalidade deve ser **como essas formas de poder imanescentes em todas as relações sociais circulam**. Ou seja, como podem ser colonizadas e reproduzidas em mecanismos mais gerais que sustentam formas de dominação mais amplas; e como podem ser articuladas a objetos de governança específicos (Jessop, 2007, p. 36). O mais importante, portanto, são a seleção e a retenção de determinadas governamentalidades e práticas, que **podem** transformar-se em benefício econômico, e sua articulação com estratégias mais estáveis de poder do Estado e de classe.

O caráter contextualmente específico assumido por experimentos regulatórios neoliberais não deve, portanto, ser exagerado a ponto de negar a existência de padrões, articulações e hierarquias (entre agentes e escalas socioespaciais) em detrimento de uma “cartografia regulatória fluida” e imprevisível (Brenner; Peck; Theodore, 2010). Tampouco deve ser confundido com uma formação meramente “espontânea”, conforme propõe Ong (2007).

Embora reconheçam a importância de experimentos regulatórios neoliberais, Brenner, Peck e Theodore (2010) rejeitam o neoliberalismo como mero surgimento espontâneo de governamentalidades, assim como a sua imposição unilateral por um regime de regras submetido a uma elite transnacional. Segundo esses autores, o foco devem ser os circuitos e processos multiescalares **constitutivos** da neoliberalização e o desenvolvimento regulatório desigual. Ao invés de estabelecer o predomínio de determinada escala supranacional, nacional⁶ ou local, o que importa é a mudança das relações entre escalas (reescalamentos), à medida que os processos de neoliberalização evoluem. Assim, o confronto entre forças homogeneizadoras e diferenciadoras e seu choque com paisagens institucionais herdadas são responsáveis pela produção sistêmica de diferenciações geoinstitucionais, ou “variegações”.

Esse “choque” é entendido a partir da mudança de uma neoliberalização desarticulada para uma mais intensa e coerciva, com maior participação de organizações multilaterais. Na observação desses movimentos, deve-se ter em conta que o papel da periferia pode ser tão importante como o do centro em explicar a disseminação do neoliberalismo, pois esse se hibridiza com projetos políticos distintos (Larner, 2003).

⁶ O Estado nacional não é, necessariamente, a escala natural de realinhamentos regulatórios, mas pode ser a de articulação de estratégias de acumulação (Brenner; Peck; Theodore, 2010a).

O estudo da “variação” do neoliberalismo, ou seja, dos processos de neoliberalização com o foco na reestruturação regulatória, deve ser feito em três níveis de análises, sem que haja o predomínio de algum sobre outro: experimentação regulatória, transferência interjurisdicional de políticas e formação de regimes de regras transnacionais (Brenner; Peck; Theodore, 2010a).

8 Conclusão: “organizando” as variedades

A ampla e crescente literatura sobre Variedades de Capitalismos parte de uma diversidade de perspectivas epistemológicas e ontológicas que impede a identificação de um único corpo teórico coerente. Procurou-se demonstrar que a análise de instituições e estruturas que se consideram essenciais para o entendimento das manifestações do capitalismo, como o Estado, a sociedade, a representação política, o espaço, a ordem internacional, as coalizões de negócios e as formas extraeconômicas, recebem atenção diferenciada (quando entram na análise), assim como os processos de mudança institucional e a interpretação das crises. Embora as abordagens compartilhem uma descrença em processos duradouros de convergência e uma preocupação mais ou menos explícita sobre os riscos e os custos sociais do neoliberalismo, a maneira como cada uma posiciona-se diante do **capitalismo** tem consequências diretas não apenas sobre o diagnóstico das variedades, mas, principalmente, sobre as escolhas políticas e sociais que estão em jogo (Quadro 1).

Ainda que as diferentes vertentes analisadas possam destacar elementos importantes para o entendimento das diversidades, a literatura que investiga as variedades não deve ignorar as condições para a reprodução do próprio capitalismo. Nesse sentido, confere-se certo privilégio analítico às interpretações que destacam as lutas e contradições no processo de reprodução das estruturas capitalistas e que, com base em Bruff (2011), denomina-se de variedades **dentro** do capitalismo. As interpretações que se inserem nesse grupo investigam processos como a acumulação de capital, as lutas de classe, a autonomia relativa do Estado em suas relações com a economia e a sociedade e a produção do desenvolvimento desigual. Por outro lado, as Variedades **de** Capitalismos restringem-se à elaboração de tipos ideais, em geral, baseados em variedades territorialmente demarcadas ou em classificações preexistentes. Finalmente, têm-se as variedades **no** capitalismo, formadas por abordagens que constataam variações na superfície do capitalismo, ou seja, experimentações regulatórias, modos de pensamento ou novas tecnologias e arranjos para governar indivíduos e popu-

lações, mas que não entram, necessariamente, em conflito com a reprodução capitalista. Pelo contrário, parte dessas interpretações até mesmo evita um diálogo mais aprofundado com o capitalismo, entendido como um sistema ou modo de produção.

Quadro 1

Variedades de abordagens

ABORDAGENS	CONCEPÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	ESCOLHAS POLÍTICAS	MUDANÇA INSTITUCIONAL	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL
VoC (1)	Metodológica	Corporativismo; poder dos produtores <i>versus</i> poder do Executivo	Choques externos; complementaridades institucionais e forte <i>path dependency</i>	Economia nacional, sustentação de vantagens comparativas no nível internacional
Sistema Social de Produção (SSP)	Ontológica	Ordem constitucional; imersão e constrangimento social das instituições	Ação de empreendedores institucionais; hibridização; reestruturações regulatórias	Nacional; regional; local
Abordagem da Regulação	Ontológica	Codificação da luta de classes; conflitos institucionalizados	Crises endógenas; crises estruturais; processos de “tentativa e erro” das formas institucionais	Nacional; internacional
“Variegações” do Capitalismo	Ontológica	Contramovimentos sociais; relações entre grupos empresariais e Estado	Hibridização; reimersão social; projetos regulatórios	Multiescalar; imersão em regimes transnacionais; inclinação para análise urbana e regional; desenvolvimento espacial desigual
Neoliberalismos (2)	Temática e/ou metodológica e/ou ontológica	Infiltração de tecnologias para governar a subjetividade; imposição de limites geográficos; hierarquias internacionais; contramovimentos sociais	Experimentos regulatórios; <i>path dependency versus path shaping</i> ; transferências interjurisdicionais de políticas	Local; redes; constituição multiescalar do neoliberalismo

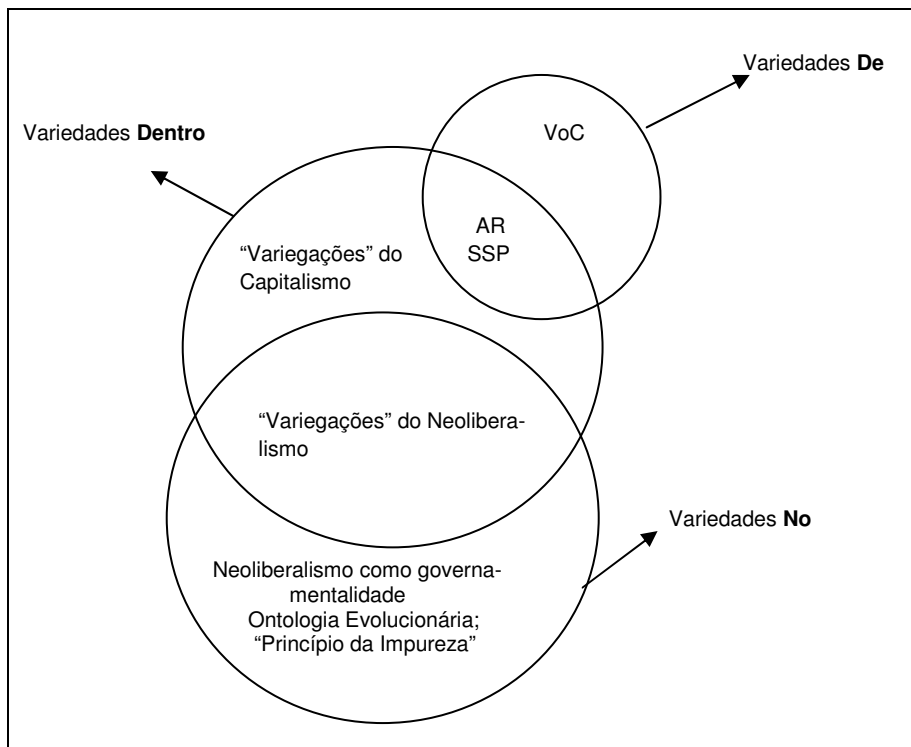
(1) Vertente *mainstream* sobre Variedades de Capitalismos. (2) As diversas interpretações sobre o neoliberalismo foram agrupadas neste quadro por motivos práticos, o que não significa que sejam totalmente compatíveis.

Conforme indica a Figura 1, algumas abordagens inserem-se em mais de um dos grupos mencionados. Nesse caso, destaca-se o caráter mais

pluralista das “Variegações” de Capitalismo — tributária de influências da AR, de Polanyi, de Sistemas Sociais de Produção e do marxismo sociológico — e das “Variegações” do Neoliberalismo, que incorpora elementos das “variegações” acrescidos da análise dos processos de neoliberalização, influenciadas também por Gramsci (no uso político e discursivo do neoliberalismo por grupos hegemônicos), por Foucault e pela governamentalidade

Figura 1

“Organizando” as Variedades



Neste artigo, tentou-se destacar a necessidade de entender a relação entre os processos de neoliberalização e a literatura sobre Variedades de Capitalismos. Como visto, aqueles processos têm grandes recursos para produzir diferenças em múltiplas escalas socioespaciais e lucrar com o desenvolvimento desigual através de diversos pontos de contato com as instituições que garantem alguma coerência a determinado capitalismo nacional e/ou regional. Tentou-se demonstrar que a literatura sobre neoliberalismos, sobretudo na Geografia Econômica, tem avançado e refinado seu referen-

cial teórico, de modo que os tratar como um conceito abstrato ou um jargão da esquerda (Giambiagi; Moreira, 2000) não condiz com a complexidade analítica necessária.

Nesse sentido, deve-se almejar entender a espacialidade constitutiva do neoliberalismo, evitando um tratamento voluntarista e “de cima para baixo” e buscando entender como processos multiescalares e racionalidades distintas, postas em práticas por diversos atores, produzem reescalamentos que afetam contextos específicos. Assim, a tarefa é ir além de mapear similaridades e diferenças, mas procurar explicar como os híbridos são produzidos e conectados.

Referências

AMABLE, B. **The diversity of Modern Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

BASLÉ, M. Acknowledged and unacknowledged institutional antecedents of Régulation Theory. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (Ed.). **Régulation Theory: the state of the art**. London: Routledge, 2002. p. 21-27.

BLOCK, F. Introduction. In: POLANYI, K. **The great transformation: the political and economic origins of our times**. Boston: Beacon Press, 2001. p. XVIII-XXXVIII.

BLOCK, F. Karl Polanyi and the writing of the great transformation. **Theory and Society**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 275-306, 2003.

BLOCK, F. Understanding the diverging trajectories of the United States and Western Europe: a neo-polanyian analysis. **Politics & Society**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 3-33, 2007.

BOYER, R. From canonical fordism to different modes of development. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (Ed.). **Régulation Theory: the state of the art**. London: Routledge, 2002. p. 231-237.

BOYER, R. **How and why capitalisms differ**. Köln: Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung, 2005. (MPIfG Discussion Paper, 05/4).

BOYER, R.; HOLLINGSWORTH, J. R. From national embeddedness to spatial and institutional nestedness. In: HOLLINGSWORTH, J. R.; BOYER, R. (Ed.). **Contemporary capitalism: the embeddedness of institutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 433-484.

BOYER, R.; SAILLARD, Y. A summary of Régulation Theory. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (Ed.). **Régulation Theory: the state of the art**. London: Routledge, 2002. p. 36-44.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. After neoliberalization? **Globalizations**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 327-345, 2010a.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. **Global Networks**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 182-222, 2010.

BRENNER, N.; THEODORE, N. Cities and the geographies of "Actually Existing Neoliberalism". **Antipode**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 349-379, 2002.

BRUFF, I. What about the elephant in the room? Varieties of capitalism, varieties in capitalism. **New Political Economy**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 481-500, 2011.

BURAWOY, M. For a sociological marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. **Politics & Society**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 193-261, 2003.

COATES, D. Paradigms of explanation. In: COATES, D. (Ed.). **Varieties of capitalism, varieties of approaches**. London: Palgrave, 2005. p. 1-25.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre: FEE, 2001. (Teses FEE, n. 1).

CROUCH, C. The role of governance in diversity and change within contemporary capitalism. In: MILLER, M. (Org.). **Worlds of capitalism: institutions, governance and economic change in the era of globalization**. London: Routledge, 2005. p. 71-92.

CROUCH, C. *et al.* **Local production systems in Europe: rise or demise?** Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROUCH, C.; SCHRODER, M.; VOELZKOW, H. Regional and sectoral varieties of capitalism. **Economy and Society**, United Kingdom, v. 38, n. 4, p. 654-678, 2009.

DJELIC, M-L.; QUACK, S. Overcoming path dependency: path generation in open systems. **Theory and Society**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 161-186, 2007.

FOUCAULT, M. On governmentality. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Org.). **The Foucault effect: studies in governmentality with two lectures by and an interview with Michel Foucault**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 87-104.

GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. Políticas neoliberais? Mas o que é o neoliberalismo? **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 171-190, 2000.

HALL, P.; GINGERICH, D. **Varieties of capitalism and institutional complementarities in the macroeconomy: an empirical analysis**. Köln: Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung, 2004. (MPIfG Discussion Paper 04/5).

HALL, P.; SOSKICE, D. An introduction to varieties of capitalism. In: HALL, P.; SOSKICE, D. (Org.). **Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 1-70.

HAYTER, R.; BARNES, T. Neoliberalization and its geographic limits: comparative reflections from forest peripheries in the Global North. **Economic Geography**, Worcester, v. 88, n. 2, p. 197-221, 2012.

HODGSON, G. Agency, institutions, and darwinism in Evolutionary Economic Geography. **Economic Geography**, Worcester, v. 85, n. 2, p. 167-173, 2009.

HODGSON, G. The approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 36, n. 1, p. 166-192, 1998.

HODGSON, G. Varieties of capitalism and varieties of economic theory. **Review of International Political Economy**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 380-433, 1996.

HOLLINGSWORTH, J. R.; BOYER, R. Coordination of economic actors and Social Systems of Production. In: HOLLINGSWORTH, J. R.; BOYER, R. (Ed.). **Contemporary capitalism: the embeddedness of institutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 1-48.

JACKSON, G.; DEEG, R. **How many varieties of capitalism?** Comparing the comparative institutional analyses of capitalist diversity. Köln: Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung, 2006. (MPIfG Discussion Paper, 06/2).

JESSOP, B. From micro-powers to governmentality: Foucault's work on statehood, state formation, statecraft and state power. **Political Geography**, [S. l.], v. 26, n. 1, p.34-40, 2007.

JESSOP, B. Institutional re(turns) and the strategic — relational approach. **Environment and Planning A**, [S. l.], v. 33, n. 7, p. 1213-1235, 2001.

JESSOP, B.; SUM, N-L. **Beyond the regulation approach**: putting capitalist economies in their place. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.

LARNER, W. Neo-liberalism: policy, ideology, governmentality. **Studies in Political Economy**, Ottawa, v. 63, p. 5-25, 2000.

LARNER, W. Neoliberalism? **Environment and planning D: society and space**, [S. l.], v. 21, n. 5, p. 509-512, 2003.

MACKINNON, D. *et al.* Evolution in Economic Geography: institutions, Political Economy, and adaptation. **Economic Geography**, Worcester, v. 85, n. 2, p. 129-150, 2009.

ONG, A. Neoliberalism as a mobile technology. **Transactions of the Institute of British Geographers**, United Kingdom, v. 32, n. 1, p. 3-8, 2007.

PECK, J. Economic Sociologies in space. **Economic Geography**, Worcester, v. 81, n. 2, p. 129-175, 2005.

PECK, J. Political Economies of scale: fast policy, interscalar relations, and neoliberal workfare. **Economic Geography**, Worcester, v. 78, n. 3, p. 331-360, 2002.

PECK, J.; THEODORE, N. Variegated capitalism. **Progress in Human Geography**, [S. l.], v. 31, n. 6, p. 731-772, 2007.

PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing space. **Antipode**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 380-404, 2002.

PECK, J.; TICKELL, A. Searching for a new institutional fix: the after-fordist crisis and global-local disorder. In: AMIN, A. (Org.). **Post-Fordism**: a reader. Blackwell: Oxford, 1994. p. 280-316.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

VILLEVAL, M-C. Régulation Theory among theories of institutions. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (Org.). **Régulation Theory**: the state of the art. London: Routledge, 2002. p. 291-298.